

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Da Senhora Vanessa Grazziotin)

DE 2003.

Solicita ao Senhor Procurador Geral da República, no âmbito do Ministério Público Federal, informações sobre providências encaminhadas em relação ao “Caso Roosmalen”.

Senhor Presidente:

Com fundamento nos arts. 50, § 2º da Constituição Federal e 115, inciso I do Regimento Interno, solicito a V.Exª. seja encaminhado ao Senhor Ministro da Justiça, no âmbito do Ministério Público, pedido de informações sobre as providências encaminhadas em relação ao “Caso Roosmalen”.

Em 30 de janeiro do corrente ano, a Presidência da Câmara dos Deputados aprovou e encaminhou Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a “investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras”, ao Ministério Público Federal, no qual constam várias irregularidades, entre as quais encontra-se o “Caso Roosmalen”.

O Sr. Marcus Gerardus Maria van Roosmalen, pesquisador de renome internacional, servidor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), ficou conhecido por seu envolvimento em biopirataria e seu trabalho com primatas e pajés na Amazônia.

Fundou a Associação Amazônica para Preservação de Áreas de Alta Biodiversidade (AAP), com objetivo de criar e manter reservas particulares de patrimônio natural. Respondeu por Processo Administrativo Disciplinar no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), de onde foi demitido por meio da Portaria n.º 148, de 7 de abril de 2003, do Ministério de Ciência e Tecnologia. Sua demissão deveu-se às seguintes irregularidades:

- Serviu-se de sua condição servidor público do INPA e dos financiamentos extra-orçamentários que recebia de ONGs, sem conhecimento do INPA, para dedicar-se à biopirataria;
- Possuía um *site* na internet onde foram encontradas, por meio de investigações do Instituto, sequências de DNA mitocondrial, analisadas por seu filho, Thomas van Roosmalen, pesquisador bolsista da *Columbia University* (Virgínia – EUA). Essa informação

aponta para indícios de remessa de material do patrimônio genético de pai para filho; e

- Irregularidades em relação à sua conduta profissional no Instituto.

Além disso, há um documento interno da Fundação Nacional do Índio (Funai), que revela mais uma denúncia de prática de biopirataria envolvendo o ex-pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa). Sem autorização da Fundação, a organização não-governamental (ONG) Amazon Conservation Team, dirigida pelo cientista, teria se apropriado, em 1998, de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais na Aldeia Kamaiurá do Parque Nacional do Xingú, a fim de publicar o “Manual de Plantas Medicinais e Curas usadas pelo pajé Tacumã Kamayurá”, editado pela ONG. Com isso retratando um exemplar clássico de biopirataria em terra indígena.

O documento de dez páginas revela que o manual é produto de pesquisa realizada sem autorização da Funai. Trata-se de um levantamento detalhado de 93 espécimes vegetais existentes na região e da forma como essas plantas são usadas pelos índios para diversos fins, em sua maioria medicinal. A ONG obteve o material coletando os conhecimentos tradicionais principalmente do Pajé Tacumã Kamayurá.

Segundo informações da Coordenadora de Atividade Produtiva do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente (CAP/DEDC) da Funai, em Brasília, Regina Célia Fonseca Silva, “para que chegasse em 1998 ao produto final, que é o manual, parece óbvio deduzir que em anos passados a ONG esteve em terra indígena sem qualquer acompanhamento por parte da Funai, portanto, não é possível afirmar se a mesma coletou essas plantas e muito menos que destino deu a elas”.

De acordo com o exposto, quais as providências que o Ministério Público encaminhou ou está encaminhando diante de tão graves denúncias?

Sala das Sessões, em 04 de novembro de 2003.

**Deputada Vanessa Grazziotin
PCdoB/AM**